

**POLÍTICA E INDEPENDÊNCIA: A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL  
NOS PROCESSOS DE DESCOLONIZAÇÃO DAS COLÔNIAS  
PORTUGUESAS NA ÁFRICA**

*João Paulo Andrade Rodrigues do Ó*  
UFPB  
[jpandrade23@yahoo.com.br](mailto:jpandrade23@yahoo.com.br)

**RESUMO**

O presente trabalho analisa de forma sucinta o Tratado de Amizade e Consulta assinado em 16 de Novembro de 1953 entre Brasil e Portugal, bem como as consequências desse acordo para as relações diplomáticas brasileiras no processo de descolonização das colônias portuguesas na África, no período de 1950 a 1975. As colônias portuguesas foram as que conseguiram a independência mais tardiamente, visto que, Portugal não aceitava perder suas colônias. O Brasil permaneceu ao lado dos portugueses, apoio este, muito importante para a manutenção do sistema colonial. Utilizando-se dos métodos da pesquisa documental, buscamos compreender quais as medidas adotadas no tocante a política externa brasileira diante do processo de descolonização das colônias portuguesas na África.

**Palavras-chave:** Política Externa; Tratado de Amizade e Consulta; Descolonização Africana, Salazarismo.

**INTRODUÇÃO**

O artigo tem a intenção de mostrar, de forma bem sucinta, como se deu as relações políticas e econômicas entre Brasil e Portugal durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, principalmente após a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta em 1953, bem como a política pró-Portugal desenvolvida por Juscelino Kubitschek, buscase também entender quais foram as consequências, desta política, para o processo de descolonização das colônias portuguesas na África. Tal pesquisa também tem como objetivo despertar o interesse dos acadêmicos das mais variadas áreas científicas sobre a importância desta temática.

A pesquisa foi elaborada numa revisão de literatura de pesquisadores brasileiros e portugueses, que ao longo dos anos têm produzido material de importante relevância para a compreensão de um período de nossa história tão cheio de particularidades. Adianto que se trata de uma breve análise, cabendo ainda, inúmeras outras contribuições

e acréscimos. Busco dessa forma, contribuir para o entendimento da política externa brasileira do período citado.

## **O PÓS II GUERRA E OS MOVIMENTOS PRÓ-INDEPENDÊNCIA**

O período compreendido entre os anos de 1935 a 1945 é comumente chamado “a idade de ouro da colonização” e considerado como o apogeu da era colonial, mas sem dúvida é o período do extremismo europeu e da crueldade imposta pela guerra.

Segundo Majhemout Diop *et al* (UNESCO, 2010, p. 67):

Foram os anos do triunfo da ambição fascista. As colônias das quatro potências imperiais europeias foram profundamente afetadas pelas tendências fascistas que haviam se expandido em suas respectivas metrópoles, de diversas e muito complexas formas.

Ao final da II Guerra Mundial, a Europa não tinha mais condições políticas e econômicas para manter as colônias, isso dará força para os movimentos pró-independências lutarem contra o colonialismo opressor das metrópoles europeias. Entre 18 e 24 abril de 1955, realizou-se na Indonésia a Conferência Afro-Asiática de Bandung, importante marco na organização política dos países do Terceiro Mundo, participaram deste importante evento 29 Estados, tendo como objetivo principal promover uma cooperação econômica e cultural entre os povos afro-asiáticos, defendendo o direito de autodeterminação política e condenando o colonialismo, afirmando que a submissão imposta aos povos afro-asiáticos era uma negação dos direitos fundamentais do homem e estava em contradição com a Carta das Nações Unidas. É importante lembrar que nesse período, o mundo estava dividido entre dois grandes blocos, o capitalista, liderado pelos Estados Unidos e o socialista, liderado pela União Soviética.

Grande parte dos países participantes da Conferência já havia passado pela experiência da colonização, vivendo sob o domínio econômico, político e social, tendo seus povos submetidos às mais variadas formas de discriminação em sua própria terra. Após a Conferência de Bandung, muitos países africanos conseguiram a independência, aqueles que continuaram dependentes, intensificaram a luta armada contra as metrópoles. Enquanto Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Itália e Reino Unido

## **Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFCG**

negociavam a independência de suas colônias, Portugal seguiu caminhos opostos aos demais países colonizadores.

O Estado Português sofria um déficit público gigantesco e um grande desequilíbrio fiscal e numa tentativa de recuperação de seu poder econômico, explorava suas colônias, intensificando as velhas e duras práticas coloniais baseadas no trabalho forçado e mal pago, na taxação obrigatória da produção agrícola e na venda para a África do Sul de contratos de trabalhadores migrantes. As colônias portuguesas foram as que conseguiram a independência mais tardiamente, visto que, Portugal, governado pela ditadura de Antônio Salazar, não aceitava perder suas colônias.

Segundo Penna Filho (2009, p.140):

Lisboa procedeu exatamente ao contrário do que indicava a tendência da descolonização: reforçou o seu sistema colonial, promovendo investimentos e estimulando o deslocamento de população da metrópole em direção às colônias, especialmente para Angola.

O Brasil permaneceu ao lado das potências coloniais, embora tímido, o apoio brasileiro foi concreto e político. O país votou na ONU a favor da manutenção do colonialismo francês na Argélia e apoiou fortemente Portugal na luta contra a independência das colônias portuguesas, além de manter fortes ligações econômicas com a África do Sul, que vivia sob o regime do apartheid.

Segundo Penna Filho (2009, p.133):

O apoio brasileiro ao colonialismo português e as relações com a África do Sul se constituíram nos dois grandes empecilhos para o desenvolvimento de uma política africana por parte do Brasil, uma vez que tanto a África do Sul quanto Portugal não eram aceitos pela grande maioria dos Estados Africanos.

O Itamaraty argumentava que o Brasil tinha convicção anticolonial e era favorável à autodeterminação dos povos, porém, não podia negar os laços que possuía com Portugal. No âmbito continental havia um forte sentimento de solidariedade para com os povos regidos pelo colonialismo, expresso principalmente pelos organismos das Nações Unidas, desse modo, o Brasil ficou em posição de desvantagem e duramente criticado pelo apoio que dava a Portugal.

A relação do Brasil com a África nem sempre foi tão distante e fria, durante os séculos XVII e XVIII até a primeira metade do século XIX, houve um intenso

intercâmbio entre os dois lados do Atlântico, envolvendo relações comerciais e tráfico de escravos. Com a Independência do Brasil em 1822, verifica-se o primeiro distanciamento, Portugal determinou que os brasileiros se afastassem dos africanos e que não mantivessem nenhum tipo de comércio com eles, para assim, reconhecer a independência brasileira. Após a Proclamação da República, em 1889, nota-se novo desinteresse pelas questões africanas, destacando-se a imigração de europeus para o Brasil, principalmente na região Centro-Sul, numa tentativa de branqueamento do país e de esquecer as cicatrizes do passado escravocrata. Através do Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, o Brasil proibiu a entrada de imigrantes provenientes da África e da Ásia.

Durante a primeira metade do século XX, a política externa brasileira ignorou o continente africano, voltando-se para a América e para a Europa. Somente após a II Guerra Mundial é que a África começa a ter alguma importância diplomática para o Brasil.

Segundo Júlio Bitelli *apud* Penna Filho e Lessa (2007, p. 60)

Após a II Guerra Mundial, o que fica patente na orientação da política externa brasileira com relação à questão da descolonização é que adotou-se a estratégia de reconhecer os novos Estados surgidos no período, desde que alçados a essa condição com a concordância das antigas metrópoles e depois de constatada *de jure* sua emancipação no sistema internacional.

A partir de 1945, ocorre um amplo movimento no continente africano, que em muitos locais atinge a emancipação política. Era a retomada da luta contra a opressão das metrópoles. A África torna-se assim um centro de interesse internacional, principalmente da ONU. Segundo Penna Filho (2009, p.138) “o tema da descolonização foi o cerne da questão que projetou a África no cenário internacional no século XX”.

A diplomacia brasileira e os setores econômicos não conseguiam enxergar quais os benefícios que uma relação com a África poderiam trazer, nem mesmo os laços culturais que nos uniam aos africanos foram capazes de influenciar o governo e a política exterior, despertando-a para a questão colonial.

## **O TRATADO DE AMIZADE E CONSULTA**

## **Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG**

A formação cultural e social brasileira é profundamente marcada pela herança europeia, sobretudo, portuguesa. Entretanto, no que se diz respeito ao Direito Internacional, as relações entre Estados deve ser regido pela reciprocidade, tanto nas vantagens como nas obrigações, pelo respeito mútuo e pelo interesse de todos. A política externa brasileira nesse período chama a atenção, pois foi regida pelo sentimentalismo para com a ex-metrópole e pelo prejuízo diplomático que o apoio a Portugal causou ao Brasil. O sentimentalismo luso-brasileiro chegou ao ápice com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, reafirmando assim, os laços entre os luso-brasileiros, entretanto, tal acordo, trouxe inúmeras consequências negativas no campo diplomático e político.

O Tratado de Amizade e Consulta assinado em 16 de Novembro de 1953 entre Brasil e Portugal, acordava que ambos os países deveriam consultar-se um ao outro quando os assuntos fossem de interesse comum. A experiente diplomacia portuguesa passava a manter-se por dentro da diplomacia externa brasileira, tendo ao seu alcance um excelente instrumento para dismantelar as iniciativas dos nacionalistas que pregavam o fim do colonialismo.

O Tratado bloqueou o acesso do Brasil às chamadas províncias ultramarinas portuguesas, que nada mais eram, do que as colônias que Portugal possuía na África, a exemplo de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Segundo Carolina Salgado (2009, p. 02):

Nas notas interpretativas entendiam os portugueses que, na comunidade do Tratado, ficava incluído todo o território brasileiro [...], enquanto na mesma comunidade definida pelo mesmo Tratado, não estariam compreendidos as províncias ultramarinas portuguesas.

O Tratado foi duramente criticado por vários diplomatas do Itamaraty, por considerarem que traria inúmeros prejuízos materiais e morais, visto que Portugal era governado por Antônio de Oliveira Salazar fortemente associado às práticas autoritárias e ditatoriais. Segundo Penna Filho e Lessa (2007, p.65) “vários diplomatas brasileiros questionavam se algum aspecto positivo poderia resultar para o Brasil como consequência daquele instrumento”, e completa “na perspectiva econômica, as relações com Portugal eram tão inexpressivas quanto as que o Brasil possuía com a África”.

Trata-se de um instrumento político, que não levou em consideração os sentimentos e interesses brasileiros, não havendo a capacidade de negociação com a

ditadura portuguesa em igualdade de condições. Portugal vivia há décadas sob o regime Salazarista, fortemente marcado pelo tradicionalismo e por uma política colonialista. A aliança com o Brasil e com os nacionalistas conservadores europeus eram apoios importantes na manutenção das colônias africanas.

Em 1955 Portugal ingressa na ONU, com o apoio brasileiro, sob o manto do discurso cauteloso de que “a independência real é o fruto do crescimento natural das instituições políticas, fundadas em uma sólida estrutura econômica e social e que os povos devem amadurecer para obterem a independência”. A partir desse momento, vozes contrárias ao colonialismo português começam a ser ouvidas. Para tentar driblar os artigos 73 e 74 da Carta das Nações Unidas que tratam sobre a situação de territórios não-autônomos, Portugal passou a chamar as colônias na África de Províncias Ultramarinas Portuguesas, tentando mostrar ao mundo que não se tratavam de colônias, mas de territórios pertencentes ao Estado Português.

Segundo Franco Nogueira *apud* Carolina Salgado (2009, p.06) “por imposição constitucional, Portugal era uma nação politicamente unitária: a soberania era indivisa e os seus órgãos eram os mesmos para todo o território nacional”.

A ideia de que a presença portuguesa na África era algo benéfico e humanitário foi reforçada pelas obras de Gilberto Freyre, responsável pela reaproximação de Brasil e Portugal, afastados desde a Proclamação da República em 1889. O pensamento de Freyre foi amplamente difundido e defendido pelo regime Salazarista, através de suas ideias de lusotropicalismo. Na obra “Um brasileiro em terras portuguesas”, Gilberto Freyre (1953) defende que o povo português possui uma aptidão única em civilizar os trópicos, em miscigenar-se sem preconceito. Essas obras faziam de Gilberto Freyre um defensor do regime colonial, altamente respeitado em Portugal, porém, no Brasil, alguns setores começaram a vê-lo como um instrumento da ditadura de Salazar e do colonialismo.

Ao Brasil não interessava, no final da década de 1950, uma aproximação com a África, a política externa do governo Juscelino Kubitschek priorizava as relações com os Estados Unidos e com a Europa, alinhando desenvolvimento com relações exteriores, votávamos sempre com as potências coloniais na ONU e cedíamos as pressões portuguesas .

## **Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFCG**

Segundo Donatello Grieco *apud* Waldir Rampinelli (2004, p.1) “tocar em Portugal era tocar no Brasil”, nessa afirmação fica claro a posição do Brasil em relação a Portugal, tratava-se de algo sentimental, algo familiar.

Em visita a Lisboa ainda como presidente eleito, Juscelino exaltou o aspecto afetivo-histórico que nos uniam aos lusitanos “visitar Portugal é para o brasileiro rever o próprio lar, a minha visita é a visita de um filho ao pai”, e completa “o Tratado de Amizade e Consulta corresponde às mais íntimas aspirações dos dois povos” (1956, p.01).

O Itamaraty defendia que o Brasil era contra o sistema colonial vigente na África, porém, não podia renegar as raízes que nos uniam a Portugal. A posição brasileira foi bastante ambígua, ao mesmo tempo em que defendia o colonialismo português, posicionava-se algumas vezes a favor da independência de algumas colônias.

Em carta enviada ao Presidente Kubitschek, Osvaldo Aranha (1957) tece comentários sobre a política externa brasileira:

Nossa atitude, em favor das potências coloniais, mas contrária à nossa formação, às nossas tradições e em conflito até com sentimentos humanos (como nos casos de Portugal, da Holanda, da França) muito enfraquece nossa posição e reduz nossa autoridade, mesmo entre os países latino-americanos. Cingi-me à letra nossas instruções, mas, agora, julgo-me no dever de aconselhar uma revisão dessa orientação internacional. Criou-se um estado de espírito mundial em favor da liberação dos povos ainda escravizados e o Brasil não pode contrariar essa corrente sem comprometer seu prestígio internacional e até sua posição continental.

Nos governos que se sucederam pouca coisa mudou em relação à política externa africana, entretanto, no Governo Jânio Quadros/João Goulart vários passos foram dados no sentido de estreitar os laços com a África, sem, contudo, se afastar de Portugal.

No breve governo de Jânio Quadros, a temática africana foi inserida no programa do Itamaraty, como uma visão estratégica dos planos desenvolvimentistas que o Presidente entendia como prioridade para o país. O presidente Quadros defendia a ampliação econômica e a diversificação dos parceiros comerciais como meios para o desenvolvimento econômico do país, foi ele o responsável pela elaboração de uma política externa independente.

A política externa de Jânio Quadros dava sinais de mudança ao defender que a parceria comercial com os Estados Unidos e com a Europa era importante, porém não

era exclusiva, que o Brasil poderia e deveria procurar novos parceiros comerciais, inclusive com os novos Estados Africanos.

Segundo José Honório Rodrigues *apud* Carolina Salgado (2009, p.09):

A situação internacional está sempre em constante fluxo de mudanças e nela se atiram os interesses e as exigências de mais de cem nações soberanas. É difícil, nesta dinâmica, fazer predominar a nossa liberdade de iniciativa e o direito de divergir dos países mais fortes, combater o ocidentalismo tradicional, que mantinha o Brasil sob a ordem hierárquica dos Estados Unidos e da Europa, para inaugurar um nacionalismo multilateralizante, que abre as portas da economia do país a quaisquer nações que conosco quiserem comercializar, é um largo passo à frente na direção desenvolvimentista.

Jânio Quadros entendia a África como uma nova dimensão da política brasileira, tanto Brasil quanto África tinham as mesmas aspirações por liberdade e desenvolvimento econômico. Segundo Carolina Salgado (2009, p.10) “Quadros via a relação com a África como promissora, o soerguimento da economia africana era de vital importância para a economia do Brasil”.

Essas medidas tomadas pelo Presidente Quadros representava alterações sem precedentes na política externa brasileira, defendendo a descolonização da África, inclusive das colônias portuguesas. Segundo Penna Filho e Lessa (2007, p.62) “o governo brasileiro seguiu a tendência de reconhecer os territórios recém-independentes ao mesmo que o Itamaraty iniciou estudos sobre a realidade africana, parcamente conhecida até então”.

O Governo Quadros, entretanto, possuía suas contradições, se por um lado, profundamente anticolonialista, apoiava e reconhecia os movimentos pela independência dos territórios não autônomos das potências europeias, por outro, posicionava-se fora dos debates sobre a independência das colônias portuguesas, uma vez que ainda se fazia presente no *ethos* político brasileiro o sentimentalismo e a retórica da afetividade. Novamente a relação com Portugal, continuou criando dificuldades para o Brasil no âmbito da política externa e na relação diplomática com os demais países, principalmente com aqueles que vivenciaram o processo de colonização.

Entre 1961 e 1968 as colônias portuguesas entraram em guerra civil, dirigidas pelos movimentos de libertação, que lutavam contra a dominação lusitana, o clima de tensão agravou-se, principalmente depois do endurecimento da ditadura de Salazar.

## **Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG**

Em 1961, João Goulart assume a presidência do Brasil, em meio a uma crise de instabilidade política, desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros. O mandato de Jango foi profundamente conturbado pela oposição radical de partidos de centro-direita e por segmentos das Forças Armadas.

Segundo San Tiago Dantas *apud* Carolina Salgado (2009, p. 13):

Na linha anticolonialista do Brasil houve pequenos desvios de atitude apenas pelo desejo de dar as nações tradicionalmente amigas do nosso país oportunidades para que definissem, por movimento próprio, uma posição evolutiva em relação a territórios não-autônomos confiados à sua administração.

A política africana, mais uma vez, não existiu, apenas seguiu-se condenando o colonialismo e manifestando solidariedade às aspirações de independência, bem como o reconhecimento de algumas, como por exemplo: Argélia, Ruanda e Burundi.

### **A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E O AFASTAMENTO DO BRASIL DE PORTUGAL**

Aos poucos o Brasil vai se afastando de Portugal, mas não ao ponto de apoiar abertamente a descolonização, isso só ocorre de fato com o fim do Regime Salazarista em 1974<sup>175</sup>, com a chamada Revolução dos Cravos. O somatório de todos os fatores internos (oposição de setores da sociedade civil e insatisfação dos militares portugueses), fez com que, em 25 de abril de 1974, a democracia fosse implantada.

Segundo Luís Moita (1985, p.02):

Uma coisa parece certa: a questão colonial, de tal maneira se identificou com a questão do regime - a ditadura de Salazar e Marcelo Caetano -, que a solução daquela não era compatível com a manutenção deste: só o derrube do regime permitiu solucionar a questão colonial e foi esta que determinou a sua queda.

Segundo Luiz Cláudio Santos (2011, p.11) “para Salazar, o mundo ao divergir de Portugal se divorciava da razão e do bom senso”, e Penna Filho completa (2009, p. 170) “não seria exagero afirmar que o sentimentalismo com relação a Portugal perdurou até o penúltimo minuto, consumando-se pouco tempo antes da Revolução dos Cravos”.

---

<sup>175</sup> Salazar afasta-se do governo em 1968 em virtude de um Acidente Vascular Cerebral (AVC), sendo sucedido por Marcelo Caetano.

## **Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFCG**

Após 1975, o Brasil começa a expandir suas relações comerciais e diplomáticas com os novos Estados, e com a África como um todo, visando a ampliação das exportações brasileiras. A estratégia do Brasil era conquistar os africanos e assegurar futuros parceiros comerciais, principalmente, novos mercados consumidores para os produtos brasileiros. Guiné-Bissau foi o primeiro país de língua portuguesa a ser reconhecido pelo governo brasileiro.

Segundo Penna Filho e Lessa (2007, p. 74)

Foi somente a partir das independências nos ex-territórios portugueses que o Brasil conseguiu agir com mais desenvoltura no continente africano. Removido o obstáculo do colonialismo português, faltava, ainda, fazer a opção entre a África negra e a manutenção do comércio com a África do Sul. O Brasil optou pela África negra.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A colonização portuguesa deixou no Brasil inúmeros traços e uma inegável herança, cujas marcas são elementos da formação do povo brasileiro e de sua sociedade. A miscigenação ocorrida no Brasil era segundo Gilberto Freyre “um bem sucedido processo de integração sociocultural e civilizacional, que resultaram na construção identitária do Brasil”.

Ao longo dos anos, a valorização do branco europeu em detrimento do africano e indígena, fruto da orientação da elite brasileira, ocasionou no distanciamento da África, retomado somente na segunda metade do século XX, por ocasião dos movimentos de independência africana e asiática. Suas implicações para o Brasil foram enormes, gerando no brasileiro um profundo desconhecimento da África.

As relações diplomáticas do Brasil para com a África foram sempre marcadas pela ambiguidade e dubiedade, o que gerou desconfiança e falta de credibilidade para o Itamaraty, pois ao mesmo tempo em que defendia a independência das colônias africanas (somente com o aval da metrópole) apoiava as potências colonizadoras, em especial, Portugal.

O processo de descolonização da África é visto como um dos momentos mais expressivos da história contemporânea, pois inseriu no contexto político, social e econômico mundial novos Estados, que até então eram colônias europeias. A independência dos Estados Africanos deu-se do Norte para o Sul, começando por Egito,

Marrocos, Líbia e Tunísia. Ao longo dos anos, inúmeras outras colônias foram proclamando suas independências, entretanto, muitos dos problemas sociais, políticos e econômicos agravaram-se.

A relação do Brasil com as colônias portuguesas na África permaneceram à sombra de Portugal até 1974. Os governos brasileiros apoiaram sistematicamente a política colonialista do presidente Salazar, ao ponto do presidente Juscelino Kubitschek afirmar que “tocar em Portugal era tocar no Brasil”. Tal política era comumente criticada pelos organismos internacionais, principalmente pelo apoio a ditadura Salazarista.

As relações com Portugal foram incrementadas com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta em 1953, tal acordo unia ainda mais os laços luso-brasileiros. Vale salientar que tal acordo, beneficiava muito mais os portugueses do que os brasileiros. Jânio Quadros e João Goulart não conseguiram se desvencilhar dos laços de afetividade e do sentimentalismo que abarcavam as classes dirigentes e os grandes grupos dominantes do Brasil. Somente com os governos militares é que alguns passos começaram a ser dados, no que se refere a uma política externa para a África, mas de fato, o estopim para o rompimento do Tratado de Amizade e Consulta foi, sem dúvida, a Revolução dos Cravos de 1974.

O regime de Salazar impôs uma forte repressão política em Portugal, inspirados no fascismo italiano e no nazismo alemão, cujo nacionalismo era de tal maneira propagado, que o Estado Português opôs-se fortemente a independência de suas colônias, ou seus Estados Ultramarinos.

Após o fim do Salazarismo, o Brasil inicia a expansão das suas relações com o continente africano com mais desenvoltura e livre do “peso sentimental português”. Foram privilegiadas as relações de caráter econômico sendo, portanto, os países exportadores de petróleo os principais centros de atração, os quais também tinham capacidade de compra dos produtos industrializados brasileiros. O Brasil verificou que poderia efetivar-se um intercâmbio comercial assentado em bases complementares e vantajosas para ambos os lados, o primeiro passo na direção de uma aproximação mais ampla e que esperou tantos anos para acontecer.

Nas últimas duas décadas, o Governo Brasileiro vêm tentando desenvolver políticas de ajuda financeira e desenvolvimento social com os países africanos, sobretudo, os que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

## **Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG**

(CPLP), o que é fortalecido no discurso proferido pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, por ocasião da Transmissão do Cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores em Brasília, 1º de janeiro de 2003 (SILVA, 2003, p,67):

A amizade do Brasil pela Europa, pela África, e pela Ásia está em nosso sangue. A contribuição para a formação social brasileira dos descendentes de povos desses continentes é extraordinária e está refletida na pluralidade de nossos sobrenomes e etnias. A política externa (...) refletirá esta realidade. A cooperação com a África deve encontrar novos projetos que contribuam para viabilizar a superação de suas dificuldades, política em que a CPLP terá valioso papel. O Brasil atuará, sem inibições, nos vários foros internacionais, regionais e globais. Incentivaremos a promoção universal dos direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação. Lutaremos para viabilizar o desenvolvimento sustentável e para eliminar a pobreza.

### **REFERÊNCIAS**

Carta de Osvaldo Aranha a Juscelino Kubitschek. Sem data. Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas (doravante CPDOC/FGV) – Arquivo Osvaldo Aranha – CPDOC/AO/57.12.09/1.

FREYRE, GILBERTO. **Um brasileiro em terras portuguesas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

MOITA, Luís. **Elementos para um balanço da descolonização portuguesa**. In: Revista Crítica de Ciências Sociais nº 15/16/17 Maio 1985.

PENNA FILHO, Pio. **A África contemporânea: do colonialismo aos dias atuais**. Brasília: Hinterlândia Editorial, 2009.

PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antonio Carlos. **O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil**. Estudos Históricos, v.39, 2007, p. 57-81.

RAMPINELLI, W. J. **As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

SALGADO, Carolina de O. **As relações diplomáticas entre Brasil e Portugal na questão dos territórios coloniais portugueses na África (1961-1964)**. In: II Simpósio da Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas. UNESP, UNICAMP e PUC/SP, 2009.

SANTOS, Luiz Claudio Machado dos. **As relações Brasil-Portugal: do Tratado de Amizade e Consulta ao processo de descolonização lusa na África (1953-1975)**. 2011. 324 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, 2011.

SILVA, Luiz. **A política externa do Brasil**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

**Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFCG**

UNESCO. **História geral da África VIII: África desde 1935**. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: 2010, 1248p